

Garantindo o bom governo do rei: a construção de bases teóricas e simbólicas para uma governabilidade eficaz no Estado Moderno – uma proposta de oficina em sala de aula

Marcello José Gomes Loureiro*

RESUMO

Este artigo propõe um roteiro de aula sobre o Estado Absoluto, em que se privilegiam as negociações do poder central com os locais. Por meio da leitura de fragmentos de textos das obras de Hobbes e Bossuet e, sobretudo, de análise iconográfica, evidenciam-se as dinâmicas e tentativas de legitimação do poder régio.

Palavras-chave: Antigo Regime, Iconografia, Governabilidade, Didática.

A finalidade deste artigo é apresentar como proposta um conjunto de aulas que verse sobre o Absolutismo Monárquico, com carga horária total de seis horas/aula, direcionadas para alunos do primeiro ano do Ensino Médio. Afastando-se da abordagem normalmente empregada pelos livros didáticos, em que o Estado Absoluto é um mero instrumento de poder de determinados grupos sociais, pretende-se discutir não somente a construção das alianças, tramas e negociações que o Estado Moderno precisou articular para construir suas bases de governabilidade, mas sobretudo enfatizar as justificativas teóricas e as formas de representação do poder real que influenciaram aqueles arranjos políticos. Acreditamos que, de fato, a competência distintiva desta proposta consista na metodologia que elegemos para viabilizá-la.

Assim sendo, escolhemos a análise de fragmentos da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, e *A Política Inspirada nas Sagradas Escrituras*, de Jacques Bossuet, com a finalidade de tratar das justificativas teóricas; quanto às representações do poder, privilegiamos uma análise iconográfica do frontispício do mesmo livro de Hobbes e também de pinturas de El Greco e Velázquez.

* Bacharel e licenciado em História /UFRJ. Especialista em História do Brasil/UFF.

Destacamos, ainda, como a pintura do Antigo Regime desempenhava um papel fundamental na lógica dessa sociedade, já que o retrato de corte tinha como uma de suas funções a internalização do poder real nas instâncias simbólicas da mentalidade coletiva (BROWN, 2005, p.48-50).

Esta análise iconográfica, especialmente, mostra-se como ferramenta interessante, na medida em que permite apresentar aos alunos a possibilidade de leitura de imagens não meramente como ilustrações, mas sim propriamente como texto/fonte. Ela parece ser ainda mais pertinente quando se tem em mente que a sociedade contemporânea é extremamente imagética. Modifica-se, assim, o modo como os alunos percebem e significam as imagens e, portanto, a própria realidade, agregando-se uma capacidade crítica de se pensar a história pelas representações do mundo. Indiretamente, discute-se a própria produção, circulação e consumo dos sentidos por uma sociedade – no caso específico – a “sociedade de corte”.

Antes de apresentarmos o roteiro de aula sugerido ao professor, selecionamos alguns pontos referentes à recente historiografia dos Estados Absolutos para discussão. Com isso, espera-se não somente que o professor tenha contato mais profícuo com a temática, mas principalmente que ele possa refletir e explorar criticamente aquele roteiro juntamente com seus alunos. Bastante lógico parece, mas não custa salientar, que a fragilidade teórica do professor é um dos fatores que tende a comprometer a essência da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Insistimos, pois, acerca da importância do professor interagir com as discussões que permeiam e sustentam nossa abordagem.

1- O rei como um gestor: uma nova historiografia dos Estados Absolutos

Primordialmente desde a década de 1990, a historiografia mundial vem produzindo uma profunda revisão sobre a formação e dinâmica do Estado no contexto do Antigo Regime. Pode-se dizer que essas revisões se traduzem, em resumo, por uma redução da idéia de centralização do poder absoluto nas mãos dos monarcas europeus, suplantada por uma constante negociação entre o centro e as localidades. A própria realidade contemporânea dos Estados europeus, imersos na União Européia, pode ajudar a compreender essa tendência historiográfica que destaca os “(...) elementos não absolutistas do absolutismo” (SOUZA, 2006, p.56).

A mais clássica das interpretações acerca do Estado moderno talvez seja a atualização do materialismo histórico que Perry Anderson produziu. Para este autor, os Estados Absolutos representam uma solução política para a nobreza feudal, atemorizada com as revoltas camponesas decorrentes das crises do século XIV. Nessa concepção, notável pelo seu rigor marxista, o Estado, marcado pela centralização do poder nas mãos do rei, é ainda feudal, já que as relações de produção no campo essencialmente se mantiveram (ANDERSON, 1985).

Muito antes da perspectiva de Anderson, entretanto, o sociólogo alemão Norbert Elias sugeriu uma interpretação do Antigo Regime a partir de uma abordagem sociopolítica. Inspirado pela teoria freudiana, considerou a Corte francesa – para a sua obra, um tipo ideal weberiano – como uma sociedade independente e original, dotada de um comportamento sociológico próprio. De acordo com Elias, havia um equilíbrio de tensões entre a aristocracia e a burguesia propício ao Absolutismo, pois os dois segmentos dominantes tinham interesses opostos,¹ de modo que o rei, arbitrando os seus conflitos e aliando-se, ora a um, ora a outro, tornava-se mais forte diante de cada um deles, isoladamente. O monarca devia, assim, permanentemente jogar nas tensões sociais, reproduzindo o equilíbrio dessas tensões e rivalizando os dois grupos. A manipulação das classes sociais era a própria origem do poder real (ELIAS, 2001). Perceba-se, em relação à arbitragem real, como Anderson e Elias se distinguem.

Escrevendo no contexto da Alemanha da década de 1930, Elias mostrava como a etiqueta, a forma como as pessoas se olhavam, controlavam-se e se comportavam revelavam um código específico de sociabilidade, característico do que o autor denominou de *processo civilizador*, momento marcado pela introdução das proibições sociais nas instâncias mais profundas da mentalidade humana. E a esta *sociedade de corte* correspondia uma determinada estruturação do exercício do poder real. De certo modo, e nesse sentido específico se aproximando da abordagem de Anderson, o poder estava centralizado nas mãos do monarca.

E. Le Roy Ladurie é que propôs um modelo distinto de distribuição do poder em *O Estado Monárquico*. Analisando o Estado francês no interregno

¹ Não se deve pensar, todavia, já alertado por Elias com propriedade, que nobreza e burguesia estivessem em plena luta de classe. Ambos os grupos tinham um interesse comum e central: manter uma “figuração social”, conceito chave nos escritos do autor, que lhes assegurasse posições privilegiadas (ELIAS, 2001, p.18).

1460-1610, o autor demonstrou como o grupo aristocrático de Paris, central porque ditava a cultura política, reconhecia o poder dos vários grupos locais, sobretudo cidadãos, e, por reciprocidade, tais alianças reconheciam o poder daquele grupo de Paris. Nas cidades, havia duas instâncias do poder, um real e um comunal, este exercitado pelas elites urbanas, a que não se podia subjugar. Não havia, então, conforme essa interpretação, um poder central na França que tivesse força política e militar suficientes para outorgar suas determinações sem negociação. O rei era o elemento principal e articulador dos grupos ao redor, mas havia certa descentralização(LADURIE, 1994).

Ao contrário das interpretações já citadas, em que o poder é centralizado e tomado das mãos dos senhores feudais pelos reis, Ladurie apresentou a complexidade da formação de alianças e reconhecimentos mútuos que construíram um tecido político extremamente dinâmico(BICALHO, 2003).

Reformulações profundas no modo de observar o estabelecimento das relações centro-periferia no Antigo Regime também foram produzidas a partir do paradigma analítico de Jack Greene, que introduziu explicitamente a noção de *autoridade negociada*, referindo-se às permanentes negociações necessárias entre o poder central e os locais na América Inglesa, a fim de se viabilizar a governação do reino. Para este autor norte-americano, o poder local não necessariamente nega o central, mas, conforme uma dinâmica negocial, tece a autoridade real – que necessita de legitimação e não de força para existir – nos espaços periféricos, posto que o representa. Substitui assim subordinação, dependência, dominação, inferioridade por um *pacto* tecido política e historicamente pela negociação(GREENE, 1994; GOUVÊA, 2005).

Nesse mesmo sentido, Charles Tilly, a partir de uma sociologia histórica, procurou compreender a formação dos Estados Modernos tomando por base os efeitos que a guerra neles produziu. Conforme aponta o autor, os Estados tiveram de organizar exércitos e marinhas fortes, além de diversas outras instituições, a fim de poderem vender proteção às suas populações. Nas regiões onde havia concentração de capital, como Gênova, Veneza e Holanda, os governantes tiveram de negociar com agentes mercantis, assegurando-lhes privilégios e reconhecendo órgãos representativos urbanos. Em decorrência, a burocracia representante do poder central se subordinava às oligarquias comerciais nesses locais.

Por outro lado, onde não havia comércio expressivo, a solução era a coerção, pelo que os dirigentes políticos dependiam das alianças que teciam com os senhores rurais. Nas instâncias representativas do poder central dessas regiões, era necessário que houvesse maior número de funcionários; mas se a coerção não fosse eficaz, o Estado acabava dominado por outros, o que foi o caso da Polônia.

Analisando as situações da França e Inglaterra, áreas que simultaneamente verificavam o comércio e o poder feudal, Tilly mostra como os governantes precisavam criar mecanismos de modo que comerciantes e senhores feudais estivessem em contraposição. Só assim podiam reter certa autonomia.

O resultado desse processo, segundo concluiu o autor, foi a existência de exércitos no século XVII suficientemente fortes para submeter mercenários e cidades (TILLY, 1996).

O historiador inglês J. Elliott, por sua vez, desenvolveu um estudo interessante para o Estado espanhol enfatizando a importância da circulação do registro escrito na sua administração. Elliott demonstrou como as *cadeias de papel* faziam com que as liberdades dos oficiais da Coroa estivessem restringidas, bem como que as decisões do rei estivessem subsidiadas pelas chamadas *consultas*, atas escritas pelo Conselho das Índias. Para que o trâmite documental pudesse existir, houve a constituição de um contundente segmento de letrados, cuja “(...) formação e visão eram legalistas” (ELLIOTT, 2004, p. 287). O registro escrito, tipificado em documentos básicos como as *provisiones* e as *reais cédulas*, tornava “o governo mais cuidadoso que imaginativo” (Idem), embora obviamente houvesse exceções a isto.

A fragmentação da autoridade real traz, então, um sentido bastante diferente daquele classicamente atribuído ao Estado e ao governo real. Longe de ser um decisor dotado de todo saber, o rei dependia do papel para governar. Governar, portanto, era informar (ordenar) e ser informado. O quadro se torna mais complexo quando se considera que a informação que chega ao rei normalmente é filtrada, se é que pode ser qualificada dessa forma, por determinado grupo de administradores ou conselheiros.

Não dispor de toda a informação ou detê-la previamente selecionada por um determinado grupo, seja quem informava ou quem trabalhava a

informação antes que ela *subisse* ao rei, acabava por possibilitar distorções na compatibilidade entre os projetos reais e as realidades locais.

Ainda nesse mesmo contexto revisionista, Antônio Manuel Hespanha analisou a monarquia portuguesa “às vésperas do Leviatã”. Conforme o autor, de acordo com as construções teológicas da segunda escolástica, Deus atribuiu funções sociais metaforicamente expressas na Monarquia:² enquanto o rei era o cabeça, responsável por dirimir os conflitos nessa hierarquia, garantindo os direitos e deveres característicos de uma justiça eqüitativa — ou seja, uma justiça condicionada pelo status hierárquico de cada grupo social (BICALHO, 2003, p.140) — a nobreza era os braços; o clero, o coração; e os camponeses, os peões, pés responsáveis pela sustentação desse corpo social (HESPANHA, 1994; XAVIER, 1998).

Nesse esquema, a cabeça não podia ser confundida com as demais partes do corpo. O rei devia garantir a paz interna e externa e, principalmente, respeitar os direitos, obrigações, interesses, autonomias, e prerrogativas de cada parte dessa sociedade orgânica. Para evitar conflitos, o rei devia assim negociar com os comerciantes e a Igreja, com os camponeses e nobres. O príncipe era um regulador e estava comprometido com a conservação desta justiça eqüitativa: “(...) atributo mais importante da realeza, a justiça correspondia ao princípio de ‘dar a cada um o que é seu’, repartindo prêmio e castigo, respeitando direitos e privilégios, cumprindo contratos estabelecidos” (BICALHO, 2005, p.22). O rei era assim o cerne de um conjunto de práticas e representações e um gestor das tensões resultantes das disputas pela ocupação de oportunidades.³

Sob a observação dessas premissas, o mercantilismo precisa ser pensado não somente como prática econômica, mas como um projeto político de

² O princípio aristotélico de que a ordenação social tinha uma origem natural estava presente no Antigo Regime europeu. Somente na última década do século XVII, com a publicação da obra de John Locke intitulada *Segundo Tratado do Governo Civil* (1690), aventou-se a possibilidade de se perceber a sociedade como um cenário artificialmente construído pelo homem. Isso inaugurou uma perspectiva fundamental para a forma de se pensar o mundo social na modernidade: se a sociedade era uma construção histórica humana, e não parte do mundo natural, ela poderia ser desfeita e reconstruída de um modo mais conveniente. Tais seriam as bases mentais preliminares para a desagregação da lógica do Antigo Regime durante o século XVIII. (CHÂTELET, 2000, p.57-60).

³ HESPANHA, mais recentemente, procurou ampliar e deslocar seus preceitos teóricos ao Império Ultramarino Português. Ressaltou como a ausência de um projeto colonial consistente, os múltiplos estatutos populacionais, o direito pluralista e a autonomia dos agentes administrativos são índices de uma grande fluidez político-administrativa do espaço ultramarino, em que pese este estar conectado entre si; tais características se contrastam diretamente com a imagem forjada por uma historiografia que pensa em um “pacto colonial”

integração e unificação do Estado moderno que se exprime no próprio fortalecimento do rei. A acumulação permitia ao Estado, na pessoa do soberano, a distribuição das riquezas, de acordo com um sistema de concessão de dádivas, benesses, títulos com suas respectivas tenças etc. Diversos laços de lealdades recíprocas se formavam dessa maneira. Acumular por acumular não tinha propósito: a meta era formar dependentes, formar uma cadeia intrincada de clientes políticos. Esta é uma questão; entretanto há mais duas.

Primeiro, o rei precisava remunerar uma burocracia que não somente analisasse a realidade colonial e administrasse eficazmente o corpo estatal, mas também representasse o próprio monarca nos espaços mais remotos do território. Essa burocracia precisava produzir informação. Antes, os serviços prestados ao rei eram remunerados com terras. Mas tal modo gerava uma fragmentação política, aumentando o processo de feudalização. Assim, o monarca se tornou mais independente a partir do momento em que criou condições de remunerar comercialmente. Em segundo lugar, mas não menos importante, está a formação de um exército nacional capaz de intervir todas as vezes que as soluções não pudessem ser obtidas via corpo diplomático.

Se na Europa o poder central do Estado precisava se equilibrar em alianças políticas para se manter, pode-se, por analogia, imaginar as dificuldades de se obter governabilidade para a colônia, em que as circunstâncias geográficas, econômicas, militares e sanitárias eram, de modo geral, muito mais precárias. A construção da sociedade colonial foi, sem dúvida, um desafio enorme para os Estados europeus em formação.

A dinâmica historiográfica, no entanto, já aponta alguns problemas derivados dessas concepções revisionistas. Para o caso português, Laura de Mello e Souza, em livro recente e instigante, faz pesada crítica a algumas das posições de Hespanha.⁴ Mas, apesar das críticas de Souza, não se pode deixar de considerar as diversas perspectivas que essas abordagens inovadoras vem proporcionando à compreensão do complexo processo de formação e

⁴ Em primeiro lugar, a autora mostra, por exemplo, como Hespanha não observou cuidadosamente os diferentes contextos imperiais, de modo que sua tese se mostra de aplicação adequada apenas ao Reino e ao século XVII. Critica também a inexpressiva força que o autor atribui ao Estado na América. Outro problema da obra do autor português é, segundo Souza, a forma como trata os textos jurídicos, base de seu estudo: "Imerso no mundo dos juristas e dos teólogos, deixa-se magnetizar por eles e supervaloriza os limites impostos pelo direito ao poder dos reis..." (SOUZA, 2006, p. 55). O terceiro argumento, muito conexo com o primeiro, é o fato de a América portuguesa ser escravista, característica que modula e condiciona leis,

funcionamento dos Estados Modernos e sua relação com espaços periféricos.

Consideramos a realização deste percurso historiográfico, mesmo que resumidamente, de fundamental importância para justificar nossa proposta de aula. Assimiladas as questões mencionadas, vejamos agora com mais detalhes a seqüência programática sugerida.

2- Plano de aula

2.1- Título:

O Estado Absolutista dos Séculos XVI e XVII: Construção e Legitimação

2.2- Objetivo Geral:

Compreender o processo de formação dos Estados Absolutistas, suas relações de poder subjacentes e algumas tentativas de legitimação que foram produzidas nos séculos XVI-XVII.

2.3- Objetivos Específicos:

- Desconstruir a idéia recorrente em muitos livros didáticos de que o rei exercia, de fato, um poder absoluto e inquestionável no Antigo Regime, indicando a necessidade contínua de negociação do poder central com poderes locais;

- Apresentar, subsidiariamente, uma perspectiva de compreensão acerca do Estado Moderno que se aproxime das revisões historiográficas que ocorrem especialmente após a década de 1990.

- Ler e interpretar juntamente com os alunos o frontispício do livro *Leviatã*;

- Ler e interpretar juntamente com os alunos trechos selecionados das obras de Hobbes e Bossuet, comparando os projetos distintos de Estado desses dois teóricos;

- Explicar e demonstrar a possibilidade de se trabalhar com análise iconográfica em história;

relações de produção, hierarquias, conflitos, enfim, a realidade colonial. Assim sendo, o modo de governo adotado para o reino não poderia jamais ser semelhante ao posto em prática na colônia escravista, especificidade primordial(SOUZA, 2006, p. 48-58).

- Discutir com os alunos, por meio de pinturas de El Greco e Velázquez, como se efetivaram determinadas representações do poder real;
- Mostrar, a partir dessas mesmas pinturas, que o Absolutismo não existiu somente na França e na Inglaterra, exemplos clássicos, mas também na Espanha.

2.4- Etapas de desenvolvimento – Sugestão de roteiro de aula

1º Momento: Localizando o Absolutismo

- Inicie a aula escrevendo a palavra *Absolutismo* no quadro e perguntando aos alunos ao que o termo os remete. Registre no quadro o que os alunos falarem.

- Explique aos alunos que nem toda monarquia é necessariamente uma monarquia absolutista. É interessante que o professor cite e trabalhe com exemplos contemporâneos, como a Inglaterra e a Espanha.

- Em seguida, o professor deverá localizar o processo de formação dos Estados Absolutos. Nesse sentido, poderá explicar sucintamente as principais transformações estruturais que ocorreram na Europa ocidental, principalmente a partir do século XIII, como, por exemplo, o desenvolvimento comercial e urbano, as crises agrícolas e as revoltas populares. Deve ficar claro que tais transformações exigiram alterações nas relações de poder até então instituídas. O professor, porém, atento às discussões historiográficas apresentadas acima, deverá ter cuidado para não vincular tais transformações a um processo inexorável de concentração dos poderes nas mãos do monarca.

- Deverá ser lembrado aos alunos que a formação dos Estados Modernos não se trata de um processo homogêneo na Europa, e muito menos linear. Nesse sentido, sugere-se ao professor que faça uma breve exposição acerca do processo de formação das monarquias inglesa, francesa e espanhola, por exemplo, enfatizando como o rei não tinha a capacidade de promover uma concentração de poderes; dependia de arranjos políticos para governar com efetividade.⁵ Seus pontos de argumentação poderão ser a própria continuidade de diversos elementos do sistema feudal; a necessidade de formação de uma burocracia e de um exército que viabilizassem a suplantação dos particularismos

regionais; a importância da negociação com o poder local como uma estratégia eficaz para implementar a presença do Estado nesses espaços; e, o que privilegiamos, a construção de bases simbólicas de legitimação do poder, tópico que será analisado com mais vagar adiante.

2º Momento: Análise da obra *Leviatã*

- Inicie o segundo momento projetando o frontispício da obra *Leviatã* para que os alunos o analisem. Em seguida, explique que se sugere uma proposta de análise iconográfica. O frontispício não estará assim sendo utilizado como mera ilustração, mas sim como uma fonte, representando simultaneamente a introdução e a síntese dessa obra de Hobbes.

- Apure as observações que os alunos fizerem sobre a imagem, de modo que procedam à análise conjuntamente com o professor. O professor deverá destacar a existência de uma cidade, cercada por uma paisagem bucólica, que está sendo observada por um homem imenso, considerado o próprio Leviatã. Deverá observar também que o corpo desse homem é constituído por inúmeros homens menores, que podem ser interpretados como uma tentativa de representação da transferência dos poderes individuais/locais a um poder central. Tal é, em síntese, a representação do contrato social. O professor ainda poderá destacar os símbolos do poder, como a coroa, o cedro, representando o poder espiritual, e a espada, representando o temporal. A existência simbólica de ambos os poderes – o temporal e o espiritual – são coerentes como o título completo do livro: *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Por fim, o professor deverá apontar para a representação dos símbolos do poder temporal à esquerda: a fortaleza, a coroa, o canhão, as armas e a guerra; e as representações do poder eclesiástico à direita: a igreja, a mitra, os raios da excomunhão, o concílio (CHEVALLIER, 2001, p. 65-83).

- Após a análise iconográfica, distribua os fragmentos selecionados do

⁵ A governabilidade do reino pode ser compreendida por meio da análise das relações entre o monarca e seus súditos. A lealdade que permeava tal relação era permanentemente alimentada pela concessão real de dádivas e privilégios, como cargos administrativos, isenções fiscais, monopólios, títulos que geravam remuneração etc. Assim, se o poder central por vezes se mostrava débil pelos seus recursos econômicos (caso típico do Estado português), ele era rico pela sua capacidade de estabelecer tramas e redes políticas clientelares (XAVIER, 1998).

livro em questão e solicite aos alunos que procedam à leitura, extraindo de cada parágrafo a idéia que eles consideraram central.⁶ Discuta com os alunos suas respostas, mostrando como Hobbes gradativamente foi construindo seu argumento principal – a necessidade de um contrato social (BOBBIO, 1997, p.107-115; CHÂTELET, 2000, p.50-54).

3º Momento: A Teoria do Direito Divino

- Inicie este momento retomando as conclusões do momento anterior.
- Explique que Jacques Bossuet (1627-1704), bispo e escritor francês, famoso por suas orações fúnebres, responsável pela educação do filho mais velho de Luis XIV e conselheiro real, destacou-se principalmente por escrever *A Política Inspirada nas Sagradas Escrituras*, em que desenvolve a chamada “teoria do Direito Divino dos Reis”.

- Distribua aos alunos agora trechos selecionados da obra de Bossuet. Solicite que procedam à leitura e façam comentários a respeito de suas próprias conclusões.⁷

- O professor deverá ouvir e comentar as respostas dos alunos, explicando a Teoria do Direito Divino. Segundo esta teoria, o rei era o representante de Deus na Terra e, por isso, somente a Ele deveria responder por seus atos, de modo que qualquer questionamento em relação ao soberano se transformaria em uma questão religiosa, um questionamento do próprio Deus (CHEVALIER, 2001, p.84-99).

- Após isso, deverá contrapor os dois projetos de Estado pensados por Hobbes e Bossuet, lembrando aos alunos a possibilidade de convivência de ideários políticos distintos nesse processo histórico.

4º Momento: O Absolutismo na Espanha. Análise Iconográfica de Obras de El Greco e Velázquez

- Inicie este último momento, retomando a importância de uma análise iconográfica.

⁶ Em nossa experiência, utilizamos pequenos trechos dos capítulos XIII, XIV, XVIII, XIX e XXX, de Hobbes, 1998, p.74-5, 78-9, 103-6, 114, 200, respectivamente.

⁷ Selecionamos trechos constantes em CHEVALIER (2001, p.98) e FREITAS (1976, p.201).

- Explique aos alunos que o retrato no Antigo Regime tinha uma função singular, tanto para o rei como para os nobres, uma vez que deveria prioritariamente demonstrar o status do indivíduo, enfatizando assim a sua importância na sociedade. Para o caso específico do soberano, o retrato difundia a imagem do governante, tornando-o presente nos cantões mais distantes da monarquia. Tendo em vista que os diplomatas por vezes trocavam imagens de seus monarcas, presenteando-se oficialmente, os retratos também tinham a função de difundir a imagem do rei e de sua corte em toda a Europa, fomentando inclusive a política de casamentos entre nobres (BROWN, 2001, p. 48-50). O professor deverá ainda explicar que mais importante do que a imagem do rei, eram os símbolos de poder que ele ostentava, como, por exemplo, um cavalo, uma espada, a armadura, jóias, roupas, enfim todo um significativo aparato que deveria construir a força do corpo simbólico do rei (KANTOROWIKZ, 1998; MONTEIRO, 2002, p.23-31).

- Projete agora a imagem *O Enterro do Senhor de Orgaz* (El Greco, 1588, Igreja de São Tomé, Toledo). Em um primeiro momento, o professor deverá localizar o pintor, explicitando seu lugar social: Domenikos Theotokopoulus, conhecido como El Greco, porque nasceu em 1541 na ilha grega de Creta, instalou-se em Toledo, na Espanha, em 1577, onde viveu até a data da sua morte em 1614. A relação de El Greco com a corte de Filipe II foi muito breve e mal sucedida, na medida em que o artista pintou para o rei somente dois quadros, sendo que um deles, o “Martírio de S. Maurício” (1580-82), foi rejeitado pelo próprio monarca, que encomendou outra obra para substituir a do pintor de Toledo. As principais características estéticas de sua pintura, em resumo, são as cores escuras, a espiritualidade latente e o alongamento das figuras humanas, como se estivessem sendo atraídas por uma espécie de força celeste.

- Em seguida, o professor deverá analisar a pintura, tendo como objetivo final apresentar a forma como o pintor representou o rei. Assim, deverá explicar que *O Enterro do Senhor de Orgaz* é considerado o principal trabalho de El Greco e foi pintado após seu fracasso na Corte. A obra foi encomendada em 1586 pelo pároco da igreja de São Tomé, Andrés Nuñez de Madri, com o intuito de obter as doações dos habitantes de Orgaz para a Igreja, conforme o testamento de Gonzalo Ruiz de Toledo, Senhor de Orgaz. Existem muitas interpretações sobre a obra, mas podemos

considerar que ela apresenta uma visão sobrenatural da Glória (o Céu), distinguindo-o da Terra. Na parte superior da imagem, o Céu é representado por nuvens de forma quase abstrata, e os santos são altos e com expressão fantasmagórica. Na parte de baixo, a escala e a proporção das figuras obedecem a um tamanho natural. De acordo com uma lenda que existia na cidade de Toledo na época da produção da pintura, Santo Agostinho e Santo Estevão apareceram miraculosamente no ano de 1323, no dia do enterro de Gonzalo Ruiz para colocarem seu corpo no túmulo, como um prêmio pela sua generosidade para com a Igreja. O quadro traz como lição que aqueles que forem generosos com a Igreja receberão prêmio similar ao que recebeu o Senhor de Orgaz. O jovem representado ao lado do corpo do nobre falecido é o filho do pintor, que se chamava Jorge Manuel; no lenço de seu bolso, El Greco assinou a pintura. Os homens que estão presentes no funeral, vestidos com trajes do século XVI e não do século XIV, época em que supostamente ocorreu o milagre, são membros proeminentes da sociedade de Toledo e contemporâneos do pintor. O pintor, considerando-se um nobre, também se fez representar entre estes homens. Eles contemplam a cena do enterro ou olham para o céu. Não há paisagem no fundo e, na metade superior, sobre um fundo acima dos de anjos e santos, está Jesus Cristo. Ao seu lado, estão S. João Baptista e a Virgem Maria, com trajes pintados em suas cores tradicionais – o azul representando a pureza e o vermelho, a compaixão – que recebem a alma do defunto levada por um anjo. Algumas interpretações sugerem que a disposição dos corpos da Virgem Maria e de S. João Batista formaria uma espécie de útero, de modo que Gonzalo Ruiz, metaforicamente, renasceria para uma nova vida. À esquerda de Cristo e juntamente com diversos santos, está Filipe II, rei da Espanha. Essencial destacar que o rei ainda estava vivo quando o quadro foi pintado; diante disso, pode-se sugerir que o pintor, ao posicioná-lo no mundo celeste, contribuiu para a sacralização do seu poder (BROWN, 2001, p.62-78; GOMBRICH, 2000, p.371-374; SHOLZ-HÄNSEL, 2005).

• Após a discussão sobre a pintura de El Greco, projete finalmente a imagem *As Meninas* (Velázquez, 1656, Prado, Madri.). Analogamente ao caso supramencionado, o professor deverá localizar o pintor, desnudando seu lugar social: espanhol, Diego Velázquez (1599-1660) explorou em seus trabalhos os contrastes de luz e sombra. Em 1622 viajou para Madri para retratar o rei Filipe IV, feito que conseguiu um ano depois por intermédio do ministro real, o conde Olivares, que se tornou seu protetor. Em seguida, foi nomeado pintor da corte. Velázquez

pretendia se tornar membro da Ordem de Santiago. Mas, além de possuir o que se chamava “defeito mecânico”, já que trabalhava com as mãos, sua ascendência não pertencia à alta nobreza. Velázquez ingressou na Ordem a menos de um mês de falecer; o símbolo da Ordem, que pode ser visto no quadro, somente foi pintado em seu peito depois de sua morte e há aproximadamente quatro anos após a conclusão da tela, por ordem de Filipe IV.

- Após essa rápida localização do pintor, o professor deverá analisar juntamente com seus alunos a obra. No quadro, a jovem Margarita da Áustria se encontra cercada por sua pequena corte de damas e empregados. A cena, que aparenta ser cotidiana, transcorre dentro do Alcázar de Madrid, em uma sala decorada com uma série de quadros. Os personagens se agrupam em um primeiro plano juntamente com a figura principal, a infanta (filha do rei, mas que não herdava a Coroa) Margarita, que ocupa a parte central e mais iluminada do grupo; a seus lados, Isabel Velasco e Agustina Sarmiento — *las meninas*; junto a esta última, estão os anões que se prestavam a divertir a corte, os irmãos Maria Bárbola e Nicolás Pertusato, que está brincando com o cão que dormia a seus pés. Atrás deles, na penumbra, aparecem Marcela de Ulloa e um cavaleiro que não se pode identificar. Na esquerda se encontra a figura do pintor, com seus instrumentos de trabalho em frente de uma grande tela que ocupa todo o ângulo do quadro. No fundo da habitação, junto a uma porta e abrindo uma cortina, talvez para ampliar a entrada de luz na sala, encontra-se José Nieto, Porteiro da Real Câmara, ou camareiro da rainha e responsável pela administração da casa real. Na parede do fundo, em uma posição central, está um espelho onde aparecem refletidas as figuras dos reis Filipe IV e Mariana da Áustria. Seguindo a interpretação de que se neste espelho do fundo estão sendo refletidas as imagens do rei e da rainha, personagens mais importantes do mundo ibérico do século XVII, pode-se inferir que a maioria dos personagens do quadro está olhando, na verdade, para os reis. Desse modo, Velázquez os estaria pintando. O fato é que a abordagem de Velázquez humanizava a rígida tradição formal dos retratos da nobreza, representando os personagens de modo dinâmico, em poses mais naturais (GOMBRICH, 2000, p.405-410; BROWN, 2001, p.179-186; WOLF, 2000).

- El Greco e Velázquez representaram o poder régio de maneira muito distinta. Se o primeiro optou por posicionar o rei, que ainda vivia, no mundo

celeste, o segundo preferiu representá-lo refletido em um espelho, em um ambiente familiar. Diante disso, podemos sugerir que durante os aproximados setenta anos que separam as duas obras, parece ter havido modificações relevantes não apenas nos modos de se fazer a arte, mas também nas formas de se pensar e representar a legitimação do poder na sociedade espanhola do Antigo Regime. Não é nossa pretensão indicar conclusões basilares acerca de tais modificações na cultura política. Entretanto, parece interessante ressaltar para os alunos que, em primeiro lugar, procurou-se analisar aqui a história da arte de forma integrada com a história político-cultural. Em segundo lugar, é pertinente salientar que, na cultura daquela sociedade, existia uma dinâmica acerca da compreensão coletiva do Estado Absoluto; ao contrário, na maioria dos livros didáticos, o poder do rei é apresentado como algo estático nos séculos XVI-XVII.

- O professor poderá concluir a aula salientando que a história da arte destaca o quadro acima como uma obra importantíssima do Barroco Espanhol. Muitos artistas fizeram referência à obra de Velázquez como, por exemplo, no século XX, o artista Pablo Picasso, que pintou uma série de 44 variações sobre o tema. A fim de dar prosseguimento à temática, o professor poderá sugerir que os alunos pesquisem as principais diferenças percebidas pela análise das pinturas do Barroco italiano, do espanhol e do francês.

Esperamos que este artigo possa ter divulgado uma experiência particular bem sucedida em sala de aula. Do mesmo modo, acreditamos ter contribuído para promover uma interação das revisões historiográficas produzidas recentemente nos meios acadêmicos com o cotidiano escolar que, muitas vezes, infelizmente, delas não toma conhecimento.

Referências

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Tradução de Suely Bastos e Paulo Henrique Brito. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BICALHO, Maria Fernanda B. “O que significava ser cidadão nos tempos coloniais” in ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs). *Ensino de História. Conceitos, Temáticas e Metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/FAPERJ, 2003, p. 139-151.

_____. “Conquista, Mercês e Poder Local: a *nobreza da terra* na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* n° 02, 2005.

BOBBIO, Norberto. *A Teoria das Formas de Governo*. 10ª Ed. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, UnB, 1997.

BROWN, Jonathan. *Pintura na Espanha (1500-1700)*. Coleção Yale University Press. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

CHÂTELET, François. *História das Idéias Políticas*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CHEWALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 8ª Ed. Tradução de Lydia Cristina. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELLIOTT, J. H. “A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina Colonial*, Vol I. 2ª Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004, p. 23-337.

FREITAS, Gustavo de. *900 Textos e Documentos de História*. Lisboa: Plátano Editorias, 1976.

GOMBRICH, E. *A História da Arte*. 16ª Ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: LCT, 2000.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Diálogos Historiográficos e Cultura Política na Formação da América Ibérica” in SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 67-84.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1994.

HESPAÑA, António Manuel. *As Vésperas do Leviatã – Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Lisboa: Almedina, 1994.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Coleção Os Pensadores v.1. São Paulo, Nova Cultural, 1998.

KANTOROWIKZ, Ernest H. *Os Dois Corpos do Rei*. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

LADURIE, E. Le Roy. *O Estado Monárquico. França: 1460-1610*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 3ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1985.

SCHOLZ-HÄNSEL, Michael. *El Greco*. Tradução de Madalena Paiva. São Paulo: Taschen, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra. Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da USP, 1996.

WOLF, Norbert. *Velázquez*. Tradução de Maria Eugénia Ribeiro da Fonseca. São Paulo: Taschen, 2000.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, António Manuel. "A representação da sociedade e do poder", in HESPANHA, António Manuel (org). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

To ensure the good government of the King: building theoretical and symbolical foundations for the efficient governability in the Modern State - a sugestion classroom workshop

ABSTRACT

This article offers for discussion an itinerary of lecture about the Absolute State, where we grant special attention to the negotiations between the central power and the local ones. Through the reading of fragmentary texts of Hobbes and Bossuet, and mainly through iconographic analisys it becomes evident the dynamics and attempts for the legitimation of the royal power.

Key words: Ancien Régime, Iconographic, Governability, Didactic.

Figura 01



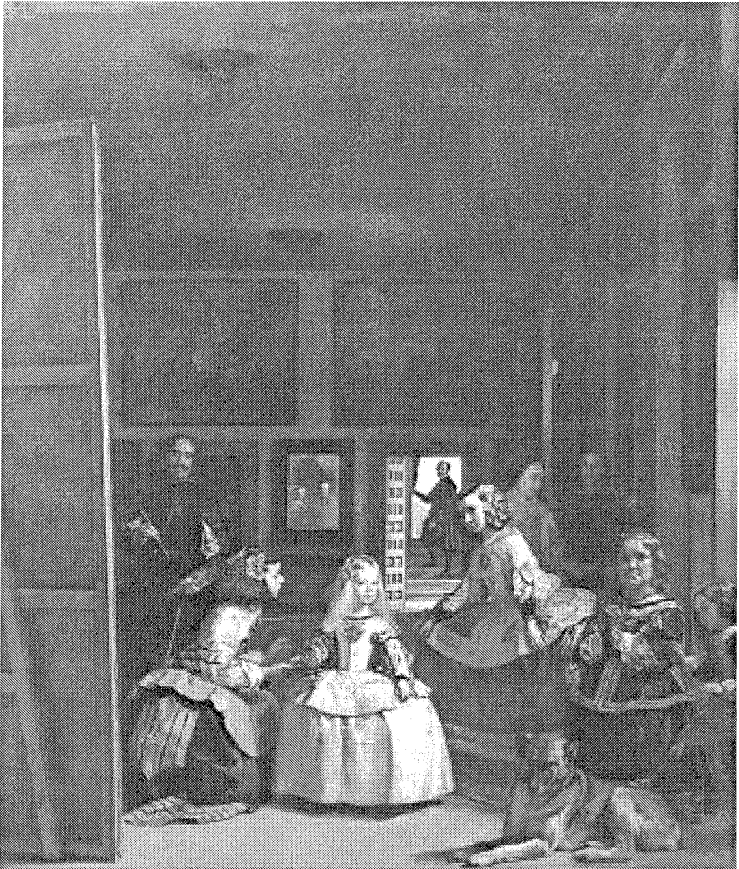
HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Londres, 1651.

Figura 02



“O Enterro do Senhor de Orgaz”, El Greco.1588, Igreja de São Tomé. Toledo.

Figura 03



"As Meninas", Velázquez.1656, Prado, Madri.